

Nertan Macedo

Tenho por esta Casa de Thomaz Pompeu sincera afeição. Foi generosidade em demasia terdes permitido que eu aqui me sentasse, como um dos vossos, considerado apto a uma convivência tradicionalmente cordial e inteligente. Desconfio que este é um passo decisivo no tumultuado processo da minha formação intelectual.

Ainda não me sinto refeito do susto que me pregastes, pondo-me sob a invocação desse santo leigo, Clóvis Beviláqua, em torno do qual sempre rondei assim com o ar e a timidez de um menino matuto que fica de longe, espreitando o padrinho, medroso de pedir-lhe a bênção.

Concedestes-me, na verdade, um orago monumental, um anjo da guarda luzente de sabedoria e justiça, cuja invocação por si é capaz de encher Céus e Terras.

Quando eu era criança, na minha cidade do Crato, gostava de acompanhar de perto o lento trabalho das formigas. Deitava-me no chão e olhava curioso caminharem elas, absorvidas nos seus misteres naturais, que exigiam agrupamento comunitário e perfeita colaboração de todas.

Convenço-me agora de que as coisas mudaram, de que a formiga sou eu e de que os meus labores, bem pouco fecundos, foram vistos e julgados menos pelas vossas lentes de longo alcance do que pelas doçuras que se contêm no vosso coração.

De qualquer forma, eis-me aqui, transformado pelo tempo em parcela desta tão nobre quão honorável instituição: sou um dos vossos, desejo servir a todos e a cada um, quero fazer

da minha tarefa de escriba, pois que outra coisa não tenho sido na vida, um instrumento sempre a serviço do Ceará e da sua cultura.

E, já que falei de formigas, permitam-me recordar aquelas palavras de Buchner, um daqueles filósofos que tanto fascínio exerceram sobre o moço Clóvis Beviláqua, quando lembrava que — “a cada passo que damos sobre a terra, nossa mãe comum, pisamos sobre o túmulo de milhões e milhões de seres que, tendo vivido, combatido, sofrido, muito tempo antes de nós, morreram deixando seus vestígios e seus restos neste solo que se estende a nossos pés”.

A citação tem um propósito, uma intenção: chego a esta Casa precisamente no mês do seu 72º aniversário de fundação — 15 de agosto de 1894.

Assim, como expressava o filósofo, já não será pequeno o obituário deste teto. Também nós, aqui, andamos sobre túmulos e vestígios ilustres. Com uma singularidade: nossos mortos permanecem vivos e muito próximos de nós. É uma necrópole particular que se anima e agita a qualquer hora do dia e da noite, e cujos habitantes falam a clara, pura linguagem do Espírito. E a voz de todos eles não se perde no tempo, antes se funde no mais belo coral que ascende da face da Terra.

Vejo-os daqui, agora, como sempre foram, abnegados e ardentes, dominados, uns pela paixão das idéias, outros pela crônica antiga, outros ainda pelos versos limpos e cantantes que desciam da vertente do coração.

Oh, a beleza recôndita do Homem, que, um dia, fez Knut Hamsun exclamar: “E Deus lê o que escrevo por cima do meu ombro!” — Sinto-os entre nós, esta noite, os fundadores da nossa Academia, os de 1894, naquele fim de século inquieto, ousado e petulante, em diálogos estimáveis, que iam de um princípio abstrato de filosofia a um fecho de ouro parnasiano ou simbolista.

Pelas mãos amigas e eruditas de um Dolor Barreira ou de um Manuel Albano Amora, podemos reencontrá-los a todos, os trinta sócios efetivos do começo do sodalício, agitando a

pacatez provinciana com os seus atritos da alma, suas dúvidas, conflitos e certezas que eram o encanto da cidadezinha tropical, ressonando em meio às dunas douradas pelo sol mais quente ou brancas dos luares mais belos e românticos. Dizem os entendidos que os vinhos bons são os das uvas esmagadas pelos pés humanos.

Talvez esse sabor advenha da intimidade que se gera entre o homem e a fruta. Misteriosa identidade que os deuses estabelecem e não me será dado discutir. E por consentimento dos deuses podemos conhecer e provar o fruto paradisíaco em forma de suavíssimo mosto.

Quem sabe, ousou perguntar, se o ossuário ilustre que os nossos pés, sem profanação, calcam nesta Casa, ao invés de dissolvido no pó universal, não perpetua e estimula os elementos da nossa espécie mental?

Não sei que superior desígnio dita a aproximação de homens feitos de argila, idade e pensamento tão diversos em sua contemporaneidade. Nem que oculta mão lhes tange a inclinação moral, intelectual e até mesmo física para afinidades em torno de coisas absolutamente gratuitas, como a metafísica, a música, a poesia ou mesmo a história.

Sei, isto sim, que as gerações se sucedem em derredor da mesa do mesmo e farto banquete e que, a despeito do “nada de novo debaixo do sol”, o olhar humano renova cada dia a Criação Divina.

Cedo me permiti pensar nesta e em muitas outras coisas. E confesso que, nem de longe me propondo filosofar, concluí que Deus e um pouco de ironia não fazem mal a ninguém, a ninguém mesmo, ao mais irredutível e hirsuto caçador de verdades.

Temperemos a nossa atribulada existência intelectual, não diria com o amargo ceticismo, mas com essa fina ironia velada que descobrimos, por vezes, em bondosos velhinhos, cuja ancianidade sofrida e experimentada é a suprema bem-aventurança e garantia contra os que desejam, a qualquer preço, desvendar o Mistério da Santíssima Trindade...

Antes, porém, de alguma nova consideração de ordem especulativa, permitam-me reverenciar os fundadores desta Academia, velha prata do nosso casarão alpendrado, que é o Ceará, e que se chamaram (como soam maravilhosamente estes nomes!) — Guilherme Studart, Tomás Pompeu, Farias Brito, Pedro de Queirós, Valdimiro Cavalcante, Raimundo Arruda, Álvaro Mendes, Antônio Augusto de Vasconcelos, José Carlos Júnior, Virgílio Augusto de Moraes, J. Fontenele, José de Barcelos, Antônio Bezerra de Meneses, Francisco Alves Lima, Drumond da Costa, Eduardo Studart, Adolfo F. Luna Freire, Eduardo Salgado, Alcântara Bilhar, Franco Rabelo, Benedito Sidou, Antonino Fontenele, Antônio Teodorico da Costa Filho, Álvaro de Alencar, Padre Valdivino Nogueira, Henrique Théberge e Justiniano de Serpa.

Que sonhavam eles em 1894?

Promover, segundo os estatutos primitivos da sua associação, “o exame das doutrinas ou questões literárias e científicas da atualidade”. Mais ainda: “Acompanhar o movimento intelectual dos povos cultos, por meio de exposições escritas das principais teorias, problemas ou questões tratadas em revistas especiais ou obras nacionais e estrangeiras.”

Havia outros objetivos tão justos, válidos e sadios como esses mencionados.

E dentro desse espírito e roteiro de trabalho Guilherme Studart apresentou, na sessão de 15 de julho de 1899, o terceiro volume das *Datas e Fatos para a História do Ceará*, e Farias Brito, na sessão de 11 de junho de 1895, distribuía aos seus pares o primeiro volume da *Finalidade do Mundo*.

Na *Revista da Academia Cearense*, que circulou de 1896 a 1914, Tomás Pompeu publicou trabalhos demográficos e de economia agrícola, Théberge falou da flora e da fauna nativas, Justiniano de Serpa e Pedro Queirós avivaram questões de Direito, Studart revelou novas faces documentadas da História, e um outro cearense, até então desconhecido no País e que cursara a Faculdade de Direito do Recife, publicava seus primeiros ensaios literários.

Era Clóvis Beviláqua.

É uma longa e complexa história a dos fundadores e primeiros colaboradores.

Para resumí-la, tenho diante de mim, não o Código Civil, tampouco outros monumentais produtos do pensamento conseqüente, transmudado em ação codificadora, do mestre Clóvis Beviláqua.

Tenho, sim, uma pequena, antiga e esmaecida plaqueta, datada de 1880, editada pelos amigos e colegas do futuro famoso jurista, então orador eleito no Recife pelo terceiro ano da Faculdade pernambucana, e na qual se contém o discurso que ele pronunciou no sarau literário promovido pelo Gabinete Português de Leitura, comemorativo do tricentenário de Camões. Não será necessário dizer que se trata de uma raridade bibliográfica.

E ali, naquela oratória bombástica e juvenil do acadêmico cearense no Recife, encontramos flagrantes dessas sementes ou raízes históricas que embasaram de certa forma as idéias de fundação desta Academia, uma associação típica do século passado, uma expressão legítima e perfeita dos anseios da mocidade estudiosa do tempo, sedenta do “exame das doutrinas ou questões literárias e científicas” e do “movimento intelectual dos povos cultos”, suas teorias, problemas e equações.

Não desdenho, nem poderia fazê-lo sem o risco do ridículo, do que pensaram os homens do passado.

Mas, nutrindo, como nutro hoje, uma desconfiança acentuada em relação às “ideologias” que continuam, em nosso século, a sacudir e subverter o mundo inutilmente, creio, em sã consciência, e amparado nas melhores lições e experiência de pensadores e povos estratificados, que o século XIX, benéfico sob tantos e multiplicados aspectos humanizadores, foi essencialmente uma época de fanatizações e ficções mentais.

Este não é um lugar de polêmica, porém um centro de meditação e estudo.

Se assinalo este aspecto da vida intelectual presente, faço-o tão-somente como um analista, um curioso, perplexo

diante das ocorrências espirituais e morais dos dias que passam.

Não sei a que mundo nos levará essa liquidificação espiritual, esse coquetel manipulado surdamente nos desvãos de certos laboratórios de experimentações sociais. Felizmente, ou infelizmente, desconheço o futuro.

“O mundo é um vasto campo de batalha. — É luta implacável — o forte vencerá, o fraco há de necessariamente ser vencido. Fitai os olhos ao longo do desenrolamento da história. Ela aí está empenhada entre o homem e o meio cósmico, entre os indivíduos, entre as nações, entre as raças” — bradava o jovem Beviláqua, em 1880, empunhando a ciência de Comte como a verdade, a ideologia definitiva.

Ouçamos a voz do então estudante no Recife, através de algumas frases retumbantes e meio vazias, como convinha ao tempo:

“Parece que a natureza ainda executa uma ação seletiva na poeira dos sepulcros.”

“Os fetiches foram destruídos pelos deuses do politeísmo que, por sua vez, apesar dos esforços de um Juliano, soltaram o último arranco nas mãos do monoteísmo católico; e a ação revolucionária da metafísica, cuja explosão mais vigorosa foi no século XVIII, no tempo da Enciclopédia, desacreditou a última concepção teológica.”

“O supernaturalismo está derrotado pelo estudo positivo das ciências; os fenômenos hiperfísicos estão desconceituados.”

“O jesuitismo tudo assolou” . . .

Quem assim falava, no Gabinete Português do Recife, no ano de 1880, era um homem bom e reto, que amou até o último dia da sua longa existência a pessoa humana e a justiça.

Era um sábio e um simples, um santo leigo mas da Igreja Evolucionista.

Primeiro, encantou-se com Augusto Comte e o Positivismo. “Comecei depois — escreveria, mais tarde, a sentir as falhas do sistema e, ao concluir o meu curso de Direito, em

1882, minhas leituras prediletas, em matéria filosófica, eram Haeckel, Spencer, Langer e Soury.”

Em conferência que proferiu a 11 de agosto de 1937, no Teatro Municipal de São Paulo, recordada em brilhante discurso de Dolor Barreira, Clóvis Beviláqua reitera a sua fé evolucionista: “As normas organizadoras dessas formações gregárias de seres humanos são manifestações da mesma força que, no universo, transformou nebulosas em astros, e, na terra, com a superfície já resfriada, gerou a vida, a qual, dos seres mais simples, de ascensão em ascensão, chegou ao homem e, com este, à sociedade, que, portanto, é partícula do universo, submetida às mesmas leis naturais, que o regem.” — Escreve o velho jurista na conferência mencionada — *Reflexões de um jurista sugeridas por uma data.*

Um mulato pernóstico, desabusado e cheio de vivacidade intelectual, Tobias Barreto, exerce uma influência poderosa sobre os estudantes de Direito do Recife, um fascínio irresistível sobre a mocidade da velha Academia.

Tobias, Castro Alves, Sílvio Romero, Clóvis, Nabuco, Rui Barbosa, toda a fina flor da inteligência moça do tempo, herdeiros espirituais dos Enciclopedistas, da Revolução Francesa, da ciência filosófica a infestar o século, erguiam barricadas nas salas de aula, nos saraus, nos teatros, nos comícios, no ensaio e na poesia contra os antigos esteios da Divindade e da Monarquia.

No fundo do Brasil, contrastando violentamente com o bacharelismo republicano e científico dos moços, perdida no espaço e no tempo, alojava-se uma sociedade confinada, cuja ciência se resumia no *Flos Sanctorum*, na *Missão Abreviada* e nas *Horas Marianas*, que acreditava no Rei e nos seus capitães-mores, ao tempo da Colônia, aos quais sucederia o Imperador.

Os frades pregavam nos sertões as Missões terrificantes e purificadoras. Os bacharéis pregavam no litoral a destruição da ordem monoteísta e monárquica.

Era o conflito aberto entre o “país real” e o “país legal”, entre o nosso homem como ele é na verdade e os intelectuais fazedores de leis.

Os doutores e os acadêmicos preparavam o advento da República positivista de 89, que João Brígido, sempre malicioso, e a quem não faltavam a experiência e o realismo político, definiria mais tarde como “uma república de restaurante e de botequim com laivos de caserna”.

Já tive oportunidade, em meu livro *Memorial de Vila Nova*, de tratar do assunto.

“Os senadores do Império — dizia João Brígido — eram príncipes crioulos que repartiam entre si o poder público, adjudicando-se cada qual o domínio de sua província. Conspirando contra a Coroa, sempre que lhes escapava o poder, aluíram tanto a realeza, que bastaram alguns rapazes do Exército, para derribá-la, numa troça matinal. O Imperador era desacadado por eles, sempre que relutava; os que mais o injuriavam, gastando-lhe o prestígio e a força moral, até que os garotos da rua lhe atirassem de revólver, não vieram a sofrer menos, quando Sócrates, coroado, aceitou o cálice e bebeu cicuta.”

“A esse tempo — prossegue João Brígido — eu já andava muito curado das minhas veleidades republicanas, e tinha formado a consciência de que o brasileiro tinha negação a todo regime representativo, e pendia exclusivamente para o cesarismo, pela sua longa educação, moldada na Teologia e no Direito Romano. Para mim todo povo tem uma constituição congênita, que sobreleva às escritas; o brasileiro era cesarista, como era papista, porque César vem a ser também papa, embora não tonsurado.” — E concluía: “É que os velhos costumam andar para trás à força de verem melhor para diante. A experiência é um prisma que não engana.”

Tudo que vinha del-Rei, para essa sociedade desconhecida, “era como se de Deus viera”, sublinharia Oliveira Paiva no seu *Dona Guidinha do Poço*.

Na Europa, as idéias liberais e revolucionárias haviam terminado em ditadura e cesarismo, a despeito dos códigos e das árvores da liberdade que se plantavam, do romantismo, da

retórica e da poesia hugoana. Sempre as eternas contradições da História: Napoleão, filho dos ideais libertários da Revolução Francesa, era também o pai do “cesarismo democrático”, de cujo bojo sairia, um século depois, outra contradição: Hitler, Mussolini e Stalin. . .

Os saxões, os ingleses particularmente, construíram a sua democracia sobre a longa experiência plasmadora dos seus hábitos.

A democracia nascida de uma realidade viva: o costume, o hábito, a maneira de ser de uma raça, de uma grande comunidade.

Nós, latinos, não: impúnhamos todo um conceito, toda uma forma de existência, à força, “na marra”, como diz o vulgo hoje em dia.

E, quando o nosso povo, desorientado, confundido, desconfiado de tamanha esmola — não podia, porque não sabia, exercitar verdadeiramente a liberdade, o voto, o parlamentarismo, mesmo o presidencialismo, tudo sempre tocado pelo hálito do paternalismo, então dávamos uma guinada violenta — e o cesarismo democrático, a moderna ditadura, o caudilhismo se tornavam a solução emergente.

É que o Brasil, as suas elites, as suas gentes do povo continuam divorciadas.

E o fosso entre elas permanece até hoje, a despeito da retórica liberal de Rui Barbosa, do idealismo jurídico de Clóvis Beviláqua e malgrado mesmo o louvável esforço do presidente Castelo Branco em consolidar uma situação para a democracia nacional.

A crise é muito antiga, muito profunda e muito complexa: é uma crise institucional, nos seus fundamentos, uma crise nascida do desconhecimento das inclinações dessa entidade chamada “povo brasileiro”, “nação brasileira”, seja lá o que for.

Há dias, num dos seus habituais e lúcidos artigos de imprensa “Encruzilhada Histórica”, *in O Globo*, Rio, edição de 15-7-66), o sr. Eugênio Gudín, de formação vitoriana e liberal insuspeitas, em fina análise crítica dos recentes movimentos

revolucionários ocorridos no Brasil e na Argentina, acentuava corajosamente:

“Trata-se de uma encruzilhada histórica, qual a de constatar a incapacidade do eleitorado, tanto brasileiro como argentino, para o exercício da plena democracia de sufrágio universal, direto e secreto. A América Latina ainda não tem condições para esse exercício, o que não é de admitir quando se vê que o mesmo acontece em países de muito maior experiência e tradição políticas.

O problema que se plantea, na Argentina como no Brasil de hoje, é o de adaptar as instituições democráticas à capacidade política do povo. Um povo ainda despreparado, em que a pobreza, a demagogia e o voto emocional podem ser de conseqüências desastrosas.

Que o problema não é insolúvel provam-no não só o exemplo, que aí está, do México, como a nossa própria experiência de 40 anos, chamada “República Velha”.

Em política não se pode, porém, voltar atrás, restabelecendo instituições que foram, a seu tempo, superadas. Daí a necessidade de um pouco de imaginação, de utilização de experiências alheias e, sobretudo, de modulação capaz de prevenir os excessos, tanto democráticos como autoritários.”

Por favor: não se confunda o humanitarismo autêntico de Clóvis, no caso, por exemplo, do reconhecimento dos filhos ilegítimos, com o que ele afirmou em assuntos de filosofia e história.

O grande coração do Mestre não exclui seus equívocos no campo da pura especulação, sobretudo quando colocada em face de uma realidade social inexistente ou mítica.

Falemos, porém, agora, de poesia, já que nenhum discurso, por mais expressivo ou inexpressivo, será instrumento eficaz na ordenação de tão numeroso e complicado tema.

Meu antecessor, o poeta, historiador, linhagista e crítico Mário Linhares, perpassa por esse agitado mundo ideológico sem contaminação, diáfano e sobrepassante.

Pelo menos é o que deduzo da leitura dos seus livros, onde encontro versos excelentes, alguns duradouros.

Na sua mansidão, longilíneo e fidalgo, funcionário exemplar e de uma devoção sem limites às letras e a esta Casa, autodidata que foi, Mário Linhares era um homem bom — é o testemunho unânime de quantos com ele conviveram e um poeta perdidamente apaixonado pela escola parnasiana.

Manoel Albano Amora, seu íntimo amigo, resumiu-lhe a biografia na bem elaborada “Síntese Histórica da Academia”, in *Revista da Academia Cearense de Letras*, Ano LVIII, nº 26, 1954):

“Mário Rômulo Linhares — Nasceu em Fortaleza, a 19 de agosto de 1889. Poeta, crítico, genealogista e historiador literário de projeção nacional. Iniciou a sua vida de escritor na revista *Fortaleza* (1906-1910), com Joaquim Pimenta, Raul Uchoa, Genuíno de Castro e Jaime de Alencar. Pertenceu posteriormente às revistas *Jangada* e *Terra da Luz*.

Mudando-se, em 1910, para Recife, ali fundou a revista *Heliópolis* (1910-1915) com Raul Monteiro, Silva Lobato, Costa Rego Júnior, Mariano Lemos, Ulisses Sampaio, Eládio Ramos e outros. Na Bahia, escreveu nos jornais *Diário da Bahia* e *Jornal de Notícias* e na revista *Renascença*.

Nesse tempo conquistou, em concurso muito disputado e organizado pelo vespertino *A Tarde*, o primeiro prêmio de sonetos.

São pseudônimos seus: Gil Vaz, Max Linder, Gomes Pacheco, Flávio de Lisle, Ponciano Ribas, Laura Viterbo, Ivone Pimentel e outros.

Como funcionário da Fazenda, exerceu as comissões de Inspetor da Alfândega de Natal e Delegado Fiscal em Fortaleza e Goiás.

Publicou: *Amor e Suicídio*; *Florões* (versos); *Evangelho Pagão*; *Culto Cívico*; *Gente Nova*; *Nova Orientação da Pintura Brasileira* (crítica de arte); *Semeadores* (crítica); *Poesias*; *Poetas Esquecidos* (crítica); *Os Linhares* (genealogia); *Os Domingues da Silva* (genealogia); *Os Linhares* (2ª edição); *História Literária do Ceará*.

Pertence às Academias Carioca de Letras e Cearense de Letras e Federação das Academias de Letras do Brasil. Primeiro Presidente do Instituto Cearense de Genealogia.”

Na sua admirável e torrencial, para usar a expressão de Herman Lima, *História da Literatura Cearense* (Edições Instituto do Ceará, 1954), Dolor Barreira dá-lhe um destaque merecido, em todos os volumes, aliás, mas, particularmente, no terceiro tomo, onde, a par de alentada notícia biográfica, se lê este julgamento crítico:

“Mário Linhares, porém, é, sobretudo, um poeta. Constituiu essa sem dúvida, a sua vocação, evidenciada translucidamente desde as suas mais remotas afirmações intelectuais até hoje.

São expressões suas, em auto-retrato que a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, estampou: “Trouxe eu do berço a imprescritível predestinação. A poesia abriu-me o caminho da existência, fazendo-me viver, pelo coração, os instantes mais felizes, libertando-me das rudes contingências materiais, num surto alado para uma vida mais digna de ser vivida. O mundo não prescinde de bondade, de sentimento, de poesia — de poesia que é o alimento das ídoles bem formadas.

A consciência das cousas belas dignifica a nossa própria consciência.

O Belo é a emanção do Bem, do Bem que é um condão de encantamento e de alegria interior.

Dou graças a Deus por encontrar na poesia o melhor refúgio nos momentos mais sombrios da existência. Disse eu em um dos meus poemas:

*“A poesia é um supremo dom
Que Deus me concedeu para ser bom,
Para fugir das cousas ínfimas da terra...”*

E, de uma maneira geral, trabalha com arte o seu verso — pois é um apaixonado da beleza artística — sem que esta, todavia, lhe prejudique o pensamento.

Ao contrário, uma e outra coexistem e se harmonizam em perfeito equilíbrio.

De toda a produção poética de Mário Linhares o que mais lhe agrada, como certa vez, numa confissão leal, mo declarou, são — quanto a sonetos — além de *Renascimento*, citado nesta nota, e *A Seca* (paisagem cearense), transcrito no texto, mais os seguintes: *Ser Mulher*; *Envelhecer*; *Cinqüenta Anos*; *Ânsia Vã*; *Eterno Sonho (I, II, III)*; *A Jangada e Suprema Justiça*; e, quanto à poesia: “Morte de Iracema”; “Trilogia”; “Noite de Inverno”; “Márizinho”; “Canção da Ausência” e “Imprecação”.

De uns e outras, se me fosse dado escolher, escolheria, dos sonetos, “Envelhecer”; “Ânsia Vã” e “A Jangada”; e das poesias, “Noite de Inverno”.

Os Linhares são um dos velhos e notáveis troncos coloniais do Ceará.

Em termos clânicos, familiares, a situação do poeta é marcadamente cearense, embora o primeiro Linhares houvesse vindo do Rio Grande do Norte. Cultivou o poeta a ancestralidade, com muita segurança e firmeza, publicando o valioso trabalho intitulado *Os Linhares (Retrospecto Genealógico)*, (1690-1954, Pongetti, Rio, 1954), que mereceu honroso e cativante prefácio de Luiz da Câmara Cascudo.

Cascudo comenta e louva, aliás, a importância desse trabalho, acentuando, com muita propriedade, que “o esquecimento hediondo onde colocamos os assuntos genealógicos vem do falso pudor, da modéstia artificial dos insinceros”, e acrescentando: “O conhecimento da família não supre a capacidade pessoal. Não dá foros de inteligência o fato de sabermos o décimo-avô.

O talento não é substituído pela ancestralidade fidalga. A nobreza do gênio sempre se inicia pelo criador. A Família é apenas o fio que liga o Momento à Eternidade.

Sei avaliar o que custou a Mário Linhares este volume. Cartas sem resposta, documentos desaparecidos, indiferença ambiente, descaso, ignorância, despeito. . .

É, antes de trazer documentação séria, um testemunho de dedicação e de paciência.

A família Linhares, radicada ao Ceará, é do Rio Grande do Norte. O primeiro Linhares, Capitão-mor Dionísio Alves Linhares, casa com sua prima Rufina Gomes de Sá e ambos são norte-riograndenses. Este casal tem dois filhos: Antônio e Dionísia Alves Linhares. Ele casou com D. Inês Madeira de Vasconcelos. Ela com Domingos da Cunha Linhares, seu primo provável que morreu em Natal, aos 70 anos, a 24 de novembro de 1769, como diz seu registro de óbito, que descobri nos arquivos da Sé.

A família se estabelece na ribeira cearense de Acaraú. A progênie se alastra, dando nascimento a dezenas de troncos que, hoje, esgalham sobre vários Estados.

Os *gens* são de bom sangue. Dona Inês Madeira de Vasconcelos é Carrasco, velho apelido que possuía brasão d'armas no século XVI.

O trabalho de Mário Linhares evoca, rapidamente, as figuras hirtas e grandes dos capitães-mores, predadores de índios, bandeirantes natos do sertão combusto. Passam numa recordação sintética aquelas existências rudes e generosas.

O Capitão-mor José de Xerez Furna Uchoa parte, em 1734, para a França. Visita Luís XV em pleno esplendor da era maravilhosa. O Duque de Choiseul presenteou-o com duas mudas de cafeeiro que os holandeses haviam mandado para Luís XIV. Um pé de café morreu na viagem de regresso. O outro foi plantado, no alto da serra da Meruoca, em 1749, na fazenda *Santa Úrsula*.

Em 1878, o padre Fortunato Linhares ainda o viu, teimoso em cobrir-se de frutos vermelhos. Vinham dele os cafezais de Baturité que antecederam o *rush* paulistano das terras roxas.

Furna Uchoa descendia em linha reta de Arnau de Holanda e este do Barão de Renoburgo, que se casara com a Princesa Margarida de Florença, irmã do Papa Adriano VI. Este José de Xerez Furna Uchoa, Capitão-mor, iniciador das plantações de café, o sertanejo que viaja das serras cearenses

para a presença de Luís XV, é apenas o quarto-avô do autor deste livro.

Quatro gerações, cinco séries de vidas, separam o poeta do *Florões* da Senhora Duquesa du Barry.

Melhor é fazer-se história humana e lógica através de homens que amam e vivem que de nações que matam e morrem. A história das famílias-tronco será a única forma de escrever a história do povoamento do Norte brasileiro.

Mas os historiadores preferem fazer a monotonia das sucessões de governos e das medidas administrativas, esquecidas das velhas fazendas de gado, das roçarias amplas, dos engenhos-de-açúcar, rudimentares e lentos, cujas casas-grandes marcaram, na extensão do pátio limpo, os limites das futuras cidades sertanejas.

Reunir a vida dessas famílias cuja sombra cobre regiões infinitas é possuir verdadeiramente a explicação social e religiosa do nosso passado.

Naquelas rijas mãos de guerreiros e caçadores, vaqueiros e plantadores, amassava-se o barro de onde saiu o nordestino.

Mário Linhares merece que muita gente o imite e siga. A história dos nossos sertões é a memória das antigas famílias povoadoras.

Genealogia vive a história, atualizando-a, carreando a tradição daquelas vidas tão batalhadas e nobres para a existência melancólica do nosso dia-de-hoje, com avião e radiola, inferior e distante das eras saudosas e másculas do Capitão-mor Dionísio Alves Linhares, forte e rijo palmilhador das terras virgens, semeando, com braço infatigável e alma sadia, a grandeza honesta de um nome que um quinto-neto, poeta e artista, imobilizaria num punhado de páginas breves e claras. . .”

Poeta, Mário Linhares era, na verdade, “um homem de eterna devoção às letras, profundamente cordial e gregário, sempre presente aos encontros nas mesas do Café Riche e na Livraria Ribeiro” — assim o conheceu, em 1919, o escritor Herman Lima (“Vida Literária no Ceará”, 1914-1943, *in Revista da Academia Cearense de Letras*, Ano LXV, Nº 30, 1961).

Nascido no ano da Proclamação da República, o ano do desmoronamento da Monarquia, e tendo vivido a sua mocidade no começo deste século, simplesmente verifiquei, da leitura de sua biografia e ensaios, que ele se manteve distante — política e polidamente distante — dos grandes embates ideológicos.

Ele narra, é bem verdade, um encontro que teve com Farias Brito, quase às portas da morte, levado pela mão de Jackson de Figueiredo, na casa do filósofo, em São Cristóvão (v. "Lembranças de Farias Brito", Mário Linhares, *Revista da Academia Cearense de Letras*, Ano LXVI, nº 31).

Dedica, também, um soneto à memória do filósofo.

Tece-lhe louvores, mas não diz a que veio, não se define, limita-se a repetir dados biográficos do autor da *Finalidade do Mundo*, que lhe causou uma impressão profunda.

Da mesma forma, fez aqui, nesta Casa, o elogio de Clóvis Beviláqua (*Elogio do Patrono*, Mário Linhares, Imprensa Universitária do Ceará, 1959), mas nenhuma ousadia perpetrou com relação ao santo codificador e patrono: apenas biografia e apologia propriamente ditas.

Mário Linhares, ao que tudo indica, não quis outro convívio senão o das musas. As musas eram a sua delícia, o seu néctar, o seu vinho de cada dia.

Não sabia nem queria respirar fora do universo panteísta, bilaquiano e pagão.

Nesse universo, sim, era todo haustos, longos haustos, enquadrado na sua disciplina de beleza, feliz na evocação dos seus sentimentos.

Falando do seu *Evangelho Pagão*, aparecido em 1917, escreve Dolor Barreira:

"E a forma de que os seus versos se revestem é artisticamente cinzelada, emprestando-lhe o poeta os requintes do parnasianismo", embora "o excessivo cuidado, aliás, com que por vezes se esmera na construção exterior do verso, prejudica-lhe o conteúdo emocional, privando-o dessa espontaneidade, que deve ser, como de fato é, a qualidade por excelência da verdadeira poesia".

Florões é o primeiro livro de Mário Linhares. Aparece em 1912. Publicou, antes, versos, esparsamente, em revistas e jornais. Dolor denuncia no livro de estréia “um parnasiano e um lírico, ao mesmo tempo objetivista e subjetivista”.

O mesmo diria dele Alfredo Castro: “Tem sentimento e desperta emoção; não precisa de mais nada para se recrutar entre os verdadeiros poetas, os que ainda nos conseguem prender a atenção e provocar a estima.”

Mas o *Evangelho Pagão* permanecerá, em que pese à sua intensa atividade criadora pela vida afora, o seu livro mais festejado.

Vem a lume em 1917, como se sabe, impresso no Rio, nas oficinas da Tipografia Apolo, uma edição da revista recifense *Heliópolis*.

Nas suas páginas se guardam os seus melhores versos: “Sonho Pagão”, “Culto Selvagem”, “Grito Revel”, além do já mencionado soneto a Farias Brito, comemorativo do centenário do filósofo.

“Culto Selvagem” é uma vibração panteísta:

*“Galgando os alcantis destes cerros e o inculto
Bosque transpondo, vim, na ânsia a que tenho presa
A minha alma panteísta; e eis-me aqui. Natureza
Como um crente, a adorar-te em fervoroso culto.”*

“A floresta é o meu templo”, dirá o poeta, mais adiante.

Herdara do pai, Vicente Alves Linhares, jornalista anônimo, o gosto pelas lides da literatura. Órfão aos dois anos de idade, ele mesmo conta o quanto permaneceu, viva, na sua extrema sensibilidade, a morte de Vicente.

Expira com uma declaração escrita de amor ao filho pequenino. Ele dirá, em *Os Linhares*, falando do pai, que fora “um poeta que não fez versos”, possuindo um “fino e plástico espírito” e “tudo nele era enternecimento e devaneio”.

É ainda *Evangelho Pagão* que arranca aplausos de Bilac, que vê no jovem poeta cearense, “além do alto lirismo, o apuro carinhoso da linguagem”; de Alberto de Oliveira, Nestor Vitor,

Pápi Júnior e outros oráculos do tempo. “Elásticos e nervosos os seus alexandrinos”, diz Nestor Vítor, enquanto Alberto de Oliveira enxerga em Mário Linares, “além do poeta o pensador e o filósofo”.

Semeadores, livro no qual enfeixa algumas crônicas e ensaios, é de 1926, edição de Mendonça Machado & Cia., Rio de Janeiro.

O poeta, habitualmente seco, discreto, toma ali algumas posições e chega a fazer confidências.

A sua admiração por Jesus tem um certo sabor renaniano: “. . .o meigo e pálido profeta da Galiléia, nimbado sempre do fulgor ideal da sua mansuetude transcendente”.

Admira, também, o erudito, o eminente Rui Barbosa, cuja morte lamenta no tom da exegese do tempo:

“O vácuo que se fez em torno desse grande vulto ficará sempre impreenchível como a clareira de um roble gigantesco aberta no ventre escuro de uma floresta secular.”

Aborda Juvenal Galeno e Rodolfo Teófilo. Revela entusiasmo pelo poeta e pelo romancista. Não é pequena a sua admiração por Dom Pedro II. Mas não se conforma com o aparecimento do chamado “futurismo”. Não morre de amores pelo seu camelô Marinetti, de cujas conferências proferidas no Teatro Lírico do Rio diz terem sido “simplesmente pândegas”.

“Serviram apenas — acrescentava — para dar expansão à jovialidade da classe estudantil que teve duas noites gordas de patuscada.”

Revela depois, adiante: “Não sou retrógrado”.

Compreende e justifica a reação literária em começo naquela época, pelo que possa trazer de novo ao Brasil, que “espera ainda o poeta do seu maravilhoso poema inédito”.

Amaldiçoa, com muito comedimento, ele, que era um homem educado, a Papine, Simonetti, Mayakovski, Blaise Cendrars, Mário e Oswald de Andrade e Manoel Bandeira.

Termina por dizer que “purificado o ambiente, amainada a agitação, a serenidade tornará aos espíritos, abrindo uma nova era, ridente e auspiciosa, de forma a nos tirar do ma-

rasmo em que vivemos”. E assim crê porque acredita em outros moços, que não Bandeira e os Andrades, mas se chamam Ronald de Carvalho, Renato de Almeida, Tasso da Silveira, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida e Vila Lobos.

Mas não faz maiores concessões, retornando a elogiar os poetas de sua predileção pessoal — Arnaldo Damasceno Vieira, Raul Machado, nosso príncipe Cruz Filho e o Padre Antônio Tomás, além de outros, pernambucanos, baianos etc.

Tantos anos passados, delíciei-me com o que Mário Linhares afirma de um estreante “futurista” do Recife, em 1926, que havia publicado um livro sob o título *Gritos do Meu Silêncio*, tachado pelo autor de *Semeadores* de “título chocante e contraditório”.

Lia-se ali um poema, “Elogio da Maldade”, que justo horror deve ter causado a Mário Linhares. Eis alguns versos do tal poema:

*“E embora o mundo inteiro, o mundo hipócrita e
[malsão
faça de mim uma espécie de cavalo doente
vencido no Grande Prêmio do Destino”.*

Mário Linhares ficou, certamente, bastante indignado com esse tapa na face da poesia, mas não é com raiva, e sim, com paciência e ternura evangélicas, que aconselha ao tal poeta futurista: “O senhor não precisa de tais pataratices e embelecões para subir livremente aos píncaros do seu Sonho”...

Assim era o poeta do *Evangelho Pagão*, que viu tudo, diz o seu biógrafo e amigo Oton Costa, “com desdém e continuou imperturbável a sua harmoniosa rota literária” (Prefácio de *Ascensão*, Pongetti, Rio, 1953.)

Nada neste mundo impediria a esse manso espírito, que era Mário Linhares, cantar a seu modo, a seu gosto, ao seu estilo.

Numa elegia dedicada a Leôncio Correia, Mário lhe chama de “pintassilgo de ouro”:

“Calou-se a voz do pintassilgo de ouro
Que passava cantando todo dia...”

Mário Linhares morreu no Rio de Janeiro a 15 de agosto de 1965, na véspera do centenário de Bilac. O poeta queria muito àquela cidade, mas o seu grande amor era mesmo o Ceará, do qual guardava íntimas e suaves lembranças.

Ausentando-se daqui, anos e anos, perguntava, por exemplo, na volta, que era feito dos jasmims do quintal do Dr. José Frota, que já não os encontrara, ali na esquina da Major Facondo com Pedro I.

Pelo seu entranhado amor ao berço natal, pela sua nata cordialidade, pelo seu culto constante, fiel, diário às belas letras — ele será sempre recordado e louvado.

Senhor Hugo Catunda:

Vossa saudação é múrmura e contagiante ao meu coração de escritor voltado para as coisas do nosso passado cearense.

Sois, com efeito, um requintado da pena e das boas maneiras.

Não sei o que mais admire na vossa personalidade, das mais ricas da minha Província: se o imenso cabedal de sabedoria do tempo, dos homens e das coisas, que, sem avareza, guardais debaixo de uma autêntica modéstia, se a displicência pródiga com que espalhais ensinamentos e fatos que fazem reviver os tesouros perdidos da memória histórica da terra comum.

Em tudo o que dizeis há uma graça perfeita de cavalheiro e aristocrata. Vosso *savoir dire*, sempre de bom estilo e de bom-tom, é um encanto, é uma sedução.

Não posso esquecer que muito vos devo em ajuda e lição no tocante aos meus próprios trabalhos. Eu não teria escrito *O Bacamarte dos Mourões* sem as luzes e a alegria do vosso talento.

Juntos, posso assegurar, fizemos aquele livro.

Um livro que é uma satisfação comum para nós. Pois, através dele, revivem personagens que muito amamos: Alexandre Mourão, com seu bacamarte fumegante, o rosto mo-

reno, os cabelos escuros varridos pelo quente sopro dos ventos da Serra Grande.

O Tenente-Coronel José de Barros Melo, famoso pelo apelido de “O Cascavel”, em refregas sinistras, na poeira do sertão do Pelo Sinal, vestindo uma casaca e ostentando um chapéu de couro na cabeça.

O velho Alexandre Mourão, pai, vendo cair na estrada um por um, os filhos valentes e cheios de audácia.

O Padre José Martiniano de Alencar, Senador e Presidente da Província, retornando de Sobral para Fortaleza, depois de uma luta feroz, a receber no meio do caminho a solidariedade desse nunca esquecido Vicente Lopes Vidal de Negreiros, mais conhecido por Vicente da Caminhadeira, portando o seu “Canário”, que este era o nome do seu bacamarte, e declamando à entrada dos entreveros sertanejos aquela quadrinha pinturesca e provocadora:

*“Quando o “Canário” abre o bico
Turva-se o tempo, meu bem,
Chore quem quiser chorar
Que eu não sou pai de ninguém” . . .*

Sois, com efeito, um Catunda, e isto quer dizer — sois um Pinto de Mesquita e um Pompeu. Vossos antepassados enchem luminosamente as páginas da crônica política, intelectual e social do Império e da República.

Pelo talento, pela cultura, pelas graças do espírito destes continuidade à longa tradição de família.

Estou imensamente feliz e orgulhoso por terdes sido vós quem abriu, a este humilde discípulo, nesta noite realmente bela e inesquecível, as portas venerandas desta Casa.

Muito obrigado.